



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Câmara Técnica de Normas Contábeis e de
Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)**

PAUTA DA 25ª REUNIÃO

MAIO/2018

Brasília – ESAF, 08, 09 e 10/05/2018

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Bruno Ramos Mangualde

Fone: (61) 3412-3804

Correio Eletrônico: cconf@tesouro.gov.br

Página Eletrônica: www.tesouro.fazenda.gov.br

www.siconfi.tesouro.gov.br

Pauta CTCONF

Local: Auditório ESAF

Data: Terça-Feira (08/05/2018)

Item 1 – Abertura e Informes

08/05/2018 – Terça-Feira – Horário: 9 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

- Abertura;
- Informes Acordo de Cooperação Técnica STN/IRB/ATRICON/TCs: termos do acordo, objetivos, escopo, forma de trabalho, resultados esperados;
- Informes acerca do estágio atual da implantação da MSC, boas experiências e problemas relatados e Integração Siconfi/CAUC;
- Eventos: Programação 2018 e prestação de contas dos eventos já ocorridos;
- 9ª Edição do MDF: síntese de alterações;
- Regimento Interno CTCONF: apresentação de alinhamento dos principais pontos do RI aprovado na última reunião;
- Acompanhamento do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP: calendário de implantação para 2018 e procedimentos a serem verificados para o exercício de 2017.

Obs: No item 1 da pauta não haverá participação dos membros, assessores e convidados, a não ser que seja o caso de dúvidas suscitadas nas apresentações (a critério da Coordenação da CTCONF)

Item 2 – Portaria de Requisitos Mínimos (Continuação 24ª CTCONF) : Novo Decreto e Portaria

08/05/2018 – Terça-Feira – Horário: 14 às 15:30h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Discutir a legislação atual e propor aprimoramentos relativos aos requisitos mínimos para os sistemas integrados de administração financeira e controle (SIAFICs) à luz das recentes mudanças na LRF e da implantação do Siconfi.

Contextualização

Tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabeleceu algumas novas regras sobre os sistemas contábeis, bem como relativas ao envio de informações para os órgãos federais (em especial, o órgão central de contabilidade da União), é necessário revisar e rediscutir o conteúdo da legislação que versa sobre os requisitos mínimos para os sistemas integrados de administração financeira e controle, de forma a atender ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União. Recentemente foi proposta uma revisão do Decreto nº 7.185/2010 e será apresentada minuta de Portaria da STN/MF para ser discutida com os membros da CTCONF.

Ação esperada dos membros

Conhecimento do novo texto do Decreto federal de requisitos mínimos e proposições para o aprimoramento da Portaria (Decreto nº 7.185/2010 e Portaria MF nº 548/2010). Discutir e propor desenho institucional com vistas a verificar e fiscalizar os requisitos definidos pela legislação (abordagem conforme o ACT STN/IRB/ATRICON/TCs).

Aspectos Específicos de Discussão

- Nova proposta de Portaria que estabelece regras para os sistemas de modo que atenda ao padrão mínimo de qualidade dos Sistemas Integrado de Administração Financeira e Controle – SIAFICs definido pelo poder executivo da União (conforme incisos II e III do § 1º, e dos §§ 2º, 5º e 6º do art. 48 da LRF).
- Papel das diversas entidades dos entes da Federação na verificação desses requisitos

Item 3 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS

08/05/2018 – Terça-Feira – Horário: 15:30 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar a evolução do projeto de revisão da forma de contabilização do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, bem como analisar eventuais implicações fiscais.

Contextualização

Procurando alinhar-se aos padrões contábeis internacionais bem como à recente adoção do PCASP para contabilização dos regimes próprios de previdência dos servidores, faz-se oportuno apresentar o andamento da revisão dos aspectos contábeis e fiscais do RPPS.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento e propor aprimoramentos à minuta de contabilização dos RPPS, conforme entendimentos a partir da IPSAS 39/NBC TSP 15 (norma do CFC em consulta pública).

Aspectos Específicos de Discussão

- Adequação do modelo de contabilização proposto à legislação que rege os RPPS;
- Confrontação do modelo de contabilização dos RPPS com as práticas atuais, de modo a identificar pontos de ajuste;
- Discrepância no cálculo das provisões matemáticas previdenciárias dos entes (levantamento de experiências dos representantes da CTCONF)

Local: Auditório ESAF

Data: Quarta-Feira (09/05/2018)

Item 4 – MSC e Informações Complementares

09/05/2018 – Quarta-Feira – Horário: 9 às 10h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as informações complementares da Matriz de Saldos Contábeis – MSC para o exercício de 2019.

Contextualização

A MSC é uma estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, com o objetivo de gerar relatórios contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de possibilitar o acesso a informações mais detalhadas da contabilidade de cada ente governamental. Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares, produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido, semelhante a um balancete de verificação.

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramentos MSC.

Aspectos Específicos de Discussão

- Avaliação das tabelas de Informações Complementares necessárias para a MSC em 2019, tais como: Poder ou Órgão, Fonte de Recursos, Ementário da Natureza de Receita e da Natureza de Despesa.

Item 5 – Ementário da Receita

09/05/2018 – Quarta-Feira – Horário: 10 às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as alterações na estrutura da codificação da receita orçamentária por natureza (Ementário da Natureza da Receita).

Contextualização

Frente às necessidades específicas dos entes federados, tornou-se necessária a discussão a respeito da alteração da classificação por natureza da receita orçamentária. Assim, após análises de subgrupo criado pela STN a fim de discutir as possibilidades de alterações, encaminhou-se proposta a ser deliberada em conjunto entre a STN/MF e a SOF/MPDG. A Portaria Conjunta SOF/STN nº 163/2001 deverá ser alterada quanto à parte que trata da receita orçamentária por natureza, a fim de contemplar as necessidades dos entes federados.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca das atualizações promovidas no ementário da receita.

Item 6 – Verificações e validações de informações contábeis e fiscais

09/05/2018 – Quarta-Feira – Horário: 11 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as regras de verificação e validações das informações contábeis e fiscais, bem como a estratégia de ranqueamento dos entes segundo a qualidade dessas informações.

Contextualização

As contas dos entes enviadas à STN para a consolidação das contas públicas muitas vezes não se encontram aderentes ao marco legal e às disposições dos Manuais (MCASP e MDF). Neste sentido, serão implantadas regras de verificação desta aderência, possibilitando que os entes tenham conhecimento dos aspectos que precisam ser ajustados em sua contabilidade.

Ação esperada dos membros

Avaliar e discutir as regras propostas.

Aspectos Específicos de Discussão

- Alinhamento das verificações ao PIPCP;
- Detalhamento das regras de verificação.

Item 7 – Experiências Locais – MSC e implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais na União

09/05/2018 – Quarta-Feira – Horário: 14 às 15h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Compartilhar com os demais entes da Federação a experiência de geração da MSC da União no Siconfi, bem como o estágio de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais.

Contextualização

A Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, alterou o art. 48 da LRF e exigiu que as informações contábeis, orçamentárias e fiscais dos entes da Federação (União, estados, DF e municípios) fossem enviadas ao órgão central de contabilidade da União, conforme formato, periodicidade e sistema definidos por ele. Assim, o próprio governo federal deve enviar suas informações ao Siconfi. Além disso, no âmbito da União, os procedimentos contábeis patrimoniais também devem ser implantados de maneira gradual conforme prescreve a Portaria STN nº 548/2015 (PIPCP).

Ação esperada dos membros

Conhecimento das dificuldades e boas experiências do envio da MSC-União ao Siconfi e da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais.

Item 8 – Despesa Total com Pessoal

09/05/2018 – Quarta-Feira – Horário: 15 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Analisar o recurso proposto no sentido de alterar a regra do MDF que orienta a inclusão das despesas com pessoal das Organizações Sociais - OS na despesa total com pessoal para fins de verificação dos limites estabelecidos na LRF.

Contextualização

Na apresentação das regras estabelecidas no MDF para o cômputo da despesa total com pessoal, na reunião da CTCONF ocorrida em 25/10/2017, houve contestação quanto a se considerar as despesas com pessoal das Organização Sociais no cômputo da despesa com pessoal para fins de verificação dos limites estabelecidos na LRF.

Ação esperada dos membros

Analisar a proposta apresentada e participar das discussões para a definição do tema

Aspectos Específicos de Discussão

- Entendimento de que a regra estaria extrapolando a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois as OSs e as OSCIPs são anteriores à LRF, e ela não previu expressamente essa despesa de contratação de serviços públicos finalísticos.
- Essa regra estaria na contramão da otimização do gasto público, uma vez que as OS possuem maior flexibilidade de gestão na contratação de serviços públicos, compra de medicamentos e equipamentos, a exemplo da área de saúde.
- Definição de modelo para o demonstrativo da despesa com pessoal que permita identificar essas despesas além de outras despesas com pessoal relevantes.

Local: Auditório ESAF

Data: Quinta-Feira (10/05/2018)

Item 9 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços de Saúde

10/05/2018 – Quinta-Feira – Horário: 09 às 10h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Alterar o quadro de acompanhamento da execução dos restos a pagar não processados inscritos com disponibilidade de caixa, de forma que passe a controlar também a execução dos restos a pagar processados.

Contextualização

Na reunião da CTCONF ocorrida em 23/10/2017, foi proposta alteração na linha de dedução referente aos restos a pagar não processados sem disponibilidade de caixa, que passariam a incluir também os restos a pagar processados. A proposta não foi aprovada e a coordenação da CTCONF fez uso do pedido de reconsideração para apresentar nova proposta na próxima reunião do grupo. No entanto, a proposta atual não altera a linha de dedução para cômputo do mínimo, mas sim a necessidade de aplicar em ASPS a disponibilidade de caixa decorrente dos cancelamentos de restos a pagar processados.

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar considerações para subsidiar as votações.

Aspectos Específicos de Discussão

- O quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados Inscritos com Disponibilidade de Caixa” identifica o valor dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores ao exercício de referência até o limite da disponibilidade financeira, à época, de recursos próprios vinculados à saúde, ou seja, o valor dos restos a pagar não processados referentes a despesas com ASPS, inscritos com disponibilidade financeira. Identifica também a execução desses restos a pagar até o bimestre de referência do demonstrativo, apresentando os que foram cancelados, pagos, o restante a pagar e a parcela desses restos a pagar que foi considerada para cumprimento do percentual mínimo de aplicação em ASPS no exercício a que se refere.

- Atualmente, nesse quadro são controlados somente os restos a pagar não processados de despesas executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais e legais, inscritos com disponibilidade de caixa. A proposta é ampliar esse acompanhamento e a necessidade de compensação também para os cancelamentos de restos a pagar processados considerados para o cumprimento do mínimo.

Item 10 – Processo de Convergência (*Release 4*) e Plano de Trabalho CFC

10/05/2018 – Quinta-Feira – Horário: 10 às 11:30h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP) em discussão pelo Grupo Assessor do Conselho Federal de Contabilidade.

Contextualização

O Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, já com a nova composição dada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no ano de 2015 possui uma agenda ativa voltada às ações para a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) às *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Nesse sentido, esta reunião discutirá as NBC TSP dos *Release 4*, que

serão disponibilizadas para consulta pública com o intuito de fomentar a discussão em torno dos temas apresentados, bem como os impactos para implementação nos entes da Federação, tais como: Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Contábeis Consolidadas, Investimentos em Coligadas e Negócios Conjuntos, Acordos em Conjunto, Evidenciação de Participações em Outras Entidades e Combinações de Atividades e Entidades no Setor Público.

Ação esperada dos membros

Avaliar a evolução e discutir os aspectos específicos de cada norma, além de opinar acerca da evolução do processo de convergência à luz do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

Item 11 – PCASP 2019 e MCASP 8ª Edição

10/05/2018 – Quinta-Feira – Horário: 11:30 às 14:30h (com intervalo para almoço)

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar o resultado do trabalho do Subgrupo PCASP e a estratégia de atualização do MCASP frente às novas normas contábeis convergidas pelo GA – CFC.

Contextualização

Os entes solicitavam modernização do PCASP para ajuste de distorções identificadas na estrutura de codificação, bem como para atender a algumas necessidades específicas. Assim, a STN criou um Subgrupo do PCASP para trabalhar em conjunto visando à modernização do PCASP, incluindo o anexo III da IPC 00, bem como garantir a padronização do plano de contas a nível nacional, estimulando assim a utilização por parte de todos os entes federados. Em linha com a transparência e a atualização participativa do MCASP, e na estratégia de utilizar o MCASP como filtro normativo para a aplicação das NBC TSP, é também apresentada a proposta de ajustes para a 8ª edição do Manual

Ação esperada dos membros

PCASP: informação a respeito do andamento dos trabalhos, bem como possíveis sugestões de melhorias. MCASP: apresentar contribuições com relação à aplicabilidade da estratégia de incorporação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na 8ª edição do MCASP.

Item 12 – Novas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC)

10/05/2018 – Quinta-Feira – Horário: 14:30 às 16h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentação das IPC relacionadas a: i) cessão de direitos creditórios (securitização), ii) cessão de bens e iii) depósitos judiciais.

Contextualização

- **Cessão de Direitos Creditórios:** o assunto já foi objeto de reuniões anteriores, e a minuta de IPC foi colocada em consulta pública. O resultado desta consulta, bem como os pontos mais relevantes referentes à IPC a ser publicada serão apresentados à Câmara Técnica;
- **Cessão de Bens:** a minuta de IPC com o modelo de contabilização foi colocada em consulta pública. Nesta reunião, os resultados desta consulta, bem como a versão a ser publicada, serão apresentados ao grupo;
- **Depósitos Judiciais:** a exemplo dos temas anteriores, a minuta de IPC foi colocada em consulta pública. Os resultados serão apresentados, bem como a minuta de norma.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca do estágio de desenvolvimento das IPC e, quando couber, apresentar sugestões para seus aprimoramentos.

Item 13 – Encaminhamentos finais / Encerramento

10/05/2018 – Quinta-Feira – Horário: 16:00 às 16:30h

Deliberação

Discussão

Informação

- Apresentação e resumo dos principais encaminhamentos da reunião à luz das discussões e apontamentos, bem como a definição de prazos e responsáveis;
- Apresentação da pré-pauta para a próxima reunião;
- Apresentação dos status dos projetos em andamento;
- Devolutiva dos membros e convidados com vistas ao aprimoramento dos trabalhos da CTCONF (dinâmica das reuniões, pauta, materiais, instalações etc);
- Considerações finais;
- Encerramento da reunião.